

Prefeito recebe o novo PDU para cumprir em 5 anos

Composto por três volumes, dos quais podem ser suprimidas ou acrescentadas propostas, o Plano Diretor Urbano (PDU) foi entregue ontem ao prefeito de Vitória, Carlos von Schilgen, pelo secretário do Planejamento, Arlindo Vilaschi, para que agora seja levado ao conhecimento comunitário, entidades classistas, e apreciação da Câmara de Vitória.

Dois volumes foram confeccionados pela Fundação Jones Santos Neves (FJSN), sob a coordenação de Fernando Augusto Bettarello, com proposições básicas para ordenamento do crescimento urbano e outro que legislará e exigirá um modelo de aproveitamento espacial, de acordo com normas técnicas que serão fiscalizadas pela Prefeitura.

NORMAS

Basicamente, o PDU traça normas de conduta que condicionam a um trabalho voltado para dar melhores condições de vivência, estipulando um crescimento demográfico de Vitória para 500 mil habitantes. Esta questão foi levantada em relação à distribuição do espaço geográfico da ilha pelo secretário de Obras da Prefeitura de Vitória, Laerce Machado, e no campo de infraestrutura de base, por Arlindo Vilaschi.

— Vitória não terá água para abastecer uma população superior a 500 mil habitantes, pois não existe, no momento, condições de nosso Governo aumentar o atendimento em relação ao abastecimento. Futuramente, talvez, poderá haver um estudo que possibilite utilizar-se água do Rio Doce. Enquanto não é viável monetariamente, devemos construir bases para suprir a realidade — argumentou Vilaschi.

PRETENSÕES

A distribuição do espaço geográfico está entre uma das três pretensões anunciadas por Laerce Machado, e que serão motivos prioritários a serem desenvolvidos, e que estão delineados no PDU. Exatamente a distribuição equânime de no máximo 250 habitantes por 200 hectares de terra, para uma meta objetiva de apenas 200 habitantes, segundo informou Laerce, que indicou os trabalhos básicos a cumprir:

— O Plano Diretor Urbano, em convênio com a Fundação Jones Santos Neves, se baseou na filosofia que pode ser resumida em três itens:

— Melhor interação entre homem e natureza, daí a preservação de mangues e ilhas, além de preservação das áreas espaciais da rodovia Serafim Derenzi, (Rodovia do Contorno) onde poderiam ser construídos jardins zoológicos, botânicos e áreas de lazer. Também a preservação do ponto elevado do maço central, não permitindo construções acima de 50 metros a partir do nível do mar.

— Melhor distribuição dos equipamentos urbanos, para favorecer o lazer, educação e outros fatores similares, permitindo o seu aproveitamento pelo maior número da população, porque a estratificação física gera estratificação social. Isso decorrente do próprio sistema, onde as classes mais ricas têm acesso ao poder de decisão e influência na instalação dos equipamentos urbanos, em detrimento dos bairros pobres. Tencionamos a melhor distribuição dos equipamentos urbanos dentro do Município. Com isso, já está caindo em segundo plano a construção de um elevador no centro da cidade e outros projetos que foram cogitados na esfera municipal, denominada pelo Prefeito como as primeiras incursões na engenharia de tráfego da capital.

— Certamente, estamos em dúvida quanto à construção de elevadores e outros sistemas para melhoria do trânsito, no centro. Se isso ocorresse, estaríamos dando prioridade à utilização ao uso de veículos, em detrimento do espaço destinado ao pedestre que com o crescimento da população torna-se o mínimo possível, uma causa que é uma das nossas principais preocupações de agora em diante — assegurou o secretário de obras.

Uma das medidas já anunciadas há algum tempo é o alargamento das calçadas e consequente diminuição das pistas das principais avenidas do centro. Será como definiu Laerce Machado, a recuperação do centro metropolitano, que afirma estar totalmente desfigurado socialmente.

PREOCUPAÇÃO

Uma grande preocupação municipal, quando solicitou da FJSN o PDU, foi revelada como uma necessidade de desenvolvimento, tanto na área social como urbanísticas, em relação a outros municípios. Acrescentou Laerce, que existe uma defasagem entre a ocupação geográfica em comparação com outros municípios, já que a capital conta com apenas 633 hectares de área habitável, contra 1.005 hectares do continente.

— Intervenção no sistema viário, permitindo que as maiores distâncias sejam vencidas em menor tempo, evitando a mínima perturbação a população. Assim, o PDU fará uma intervenção, sobretudo no centro da cidade, através de um arranjo no modelo de assentamento dos prédios, fazendo-se um zoneamento do uso do solo, para se achar melhor localização dos sistemas que compõem a aglomeração urbana.

Arquiteto faz crítica ao novo ordenamento

O Plano Diretor Urbano de Vitória, elaborado pela Fundação Jones dos Santos Neves e entregue ontem ao prefeito Carlito von Schilgen, já recebeu a primeira crítica de um dos mais conhecidos arquitetos de Vitória, Marcello Vivacqua. "Um PDU tem muito de técnico, de ideal renovador, mas não existirá sem respeito ao direito adquirido e às tradições. Deve ser bem vindo e não temido de origem"

— O PDU, por mais perfeito que seja — e eu creio na equipe da Fundação Jones dos Santos Neves — a meu ver sofre de um mal: não abrange a região da Grande Vitória, pois sem integrar os municípios ou áreas dos mesmos, a fim de criar uma nova Vitória, já nasce uma medida atrofiada — opinou Marcello Vivacqua.

— Primeiro, o Plano Diretor Urbano deveria definir quais os atuais e futuros limites do que chamamos Grande Vitória. Assim, poder-se-ia remanejar o Distrito Central de Negócios (CBD — Central Business District) e também o setor administrativo do Estado, contando com área farta e suficiente para prever sua expansão futura — argumenta Marcelo Vivacqua.

Dizendo ser favorável a uma medida como o Plano Diretor Urbano, que visa disciplinar o crescimento de Vitória, o arquiteto Marcello Vivacqua frisou: "Nada conheço do mesmo, a não ser alguma coisa que vi referente a controle de ocupação da terra — zoneamento, gabaritos de altura e taxas de ocupação."

— Em minha opinião, um plano diretor traz diretrizes ao aglomerado urbano e por isso acho que ele não pode ser rígido, ditatorial. Tem que apresentar esta orientação, mas ser maleável o suficiente para aceitar os ajustes que a própria evolução social urbana e o desenvolvimento natural e tecnológico venham a exigir, com novos padrões de vida — destacou Vivacqua.

Para exemplificar, o arquiteto disse, "Hausmann, que planejou Paris para Napoleão, não poderia imaginar uma cidade com automóveis e ônibus e mais luz elétrica, porque nada disso existia naquela época. Um plano rijo, que pretenda ser dogmático e inviolável, será, de início, imaturo — concluiu.

Sobre como vê a existência de um plano diretor, o arquiteto Marcello Vivacqua disse: "Acho que o trabalho deverá dividir-se em duas grandes preocupações: primeiro procurar amoldar melhorias e maior aproveitamento do que já existe. Mandar demolir tudo e construir de novo é solução ideal-teórica, economicamente impraticável. Muitos planos que vi pecam sempre pela pouca análise do fenômeno econômico. Há, em geral, excesso de idealismo atingindo, por vezes, pura teoria fantasiosa".

Lembrando que o prefeito Carlito von Schilgen prometeu

discutir amplamente o Plano Diretor Urbano de Vitória, o que classificou de "ótimo e inteligente", Marcello Vivacqua perguntou: "Por que estas notícias e tentativas de ações "preventivas" pré-PDU, criando tensão em toda a área empresarial de construção civil?"

— Que o Plano seja discutido, debatido e transformado em lei, mas respeitemos as leis municipais em vigor, porque não me parece justo alguém haver adquirido um terreno por um preço alto, contando com seu aproveitamento na forma de lei vigente e vê-lo reduzido a um impossível retorno do capital investido, levando-o, talvez, mesmo à insolvência. Não se pode mudar a regra do jogo no meio de uma partida já começada — argumentou Marcello Vivacqua.

Continuando sua apreciação, Marcello Vivacqua frisou: "é o fator econômico que pesa, que dá empregos, que determina a viabilidade de uma empresa. Sou arquiteto, prestador de serviços profissionais; quero minha cidade melhor, quero e apóio o PDU, mas estou presenciando um ato de precipitação por parte da Prefeitura".

— Retardar aprovação de projetos que estão dentro da regulamentação existente não só é ilegal e anticonstitucional, como de efeitos perniciosos, criando mal estar, insegurança nos construtores e incorporadores que, afinal, empregam muita gente e fizeram nossa cidade — reclamou Vivacqua.

— Alegar que só pensam em especulação, que procurarão aprovar o maior número de projetos antes da entrada em vigor da nova lei calcada no PDU é tendencioso. Negócios foram feitos, terrenos pagos com base na lei que existe, porque ninguém é advinho e quanto à especulação ela existe, mas em grande parte é a valorização de uma cidade que se expande, cresce e está criando novas oportunidades explicou o arquiteto.

— Repito — destacou Marcello Vivacqua: um PDU tem muito de técnico, de ideal renovador, mas não existirá sem respeito ao direito adquirido e às tradições. Deve ser bem vindo e não temido de origem".

Sobre as possíveis mudanças orientadas por um plano diretor, Marcello Vivacqua comentou: "o dito atual centro de Vitória, naturalmente já começou a se descentralizar para os bairros, onde florescem escritórios, lojas e repartições.

Se isto é bom, por outro lado poderá criar uma necrose da malha atual do centro da cidade, a qual deverá receber um remanejamento, aproveitando o que lá já existe".

— Vejo a colocação de duas vias perimetrais, uma pelos morros, outra pela beira-mar, retirando-se as atuais instalações portuárias. Haveria um laço viário associando as regiões da 1ª e da 2ª pontes com a 3ª Ponte. Deste anel viário partiriam vias escolhidas radiais, que serviriam a zona central, transformada em área sem veículos, os quais se recolheriam em garagens e estacionamentos periféricos — sugere o arquiteto Marcello Vivacqua.

Explicando que a circulação de veículos contaria com ligações em desnível, evitando cruzamentos, Marcello Vivacqua disse que "um sistema de transporte público funcionando à base de eletricidade, que não polue e não gasta divisas, seria perfeito, interligando toda a Grande Vitória. Sugiro a adoção do aero-trem, suspenso, sem ruído, elétrico".

— Daí pensaríamos nas novas áreas dos aterros, o desenvolvimento de Camburi e das áreas do "outro lado da ilha". Um prolongamento das pistas da 2ª ponte, por elevado, varando o Morro do Quadro com um túnel, seguindo por outro elevado, nos levaria rapidamente ao outro lado da Ilha, onde uma pequena ponte sobre o canal daria acesso à grande área de expansão da fronteira urbana de Vitória, além de permitir uma rodovia por detrás do atual Campus, dando saída desimpedida para a BR-101-Norte, direto da Rodoviária".

Continuando, Marcello Vivacqua afirmou que "uma pequena ponte, também, em Santo Antônio, ligaria a Ilha a Porto de Santana, no Município de Cariacica, desafiando muito a zona sul e dando incentivo ao crescimento e valorização da mesma, hoje estagnada mas que também se integraria à área urbana que propomos criar anteriormente, nos terrenos hoje desertos do "outro lado da Ilha".

Para Marcello Vivacqua, "plano urbano, em geral, traz prioridade à vias de trânsito, o que é natural, porque facilita a circulação, agiliza a movimentação de tudo. Por isso, é tão vital se dar preferência às vias urbanas que tragam real impacto de desenvolvimento e de utilização aos pontos menos privilegiados da urbe".

Usando termos de Lúcio Costa na elaboração do plano piloto de Brasília, o arquiteto Marcello Vivacqua argumentou: "Vitória é civitas (centro administrativo), mas não pode deixar de ser urbis (aglomerado urbano de múltiplas atividades).



O novo ordenamento urbano de Vitória foi entregue pelo secretário Arlindo Vilaschi

— Certamente, estamos em dúvida quanto à construção de elevados e outros sistemas para melhora do trânsito, no centro. Se isso ocorresse, estaríamos dando prioridade à utilização ao uso de veículos, em detrimento do espaço destinado ao pedestre que com o crescimento da população torna-se o mínimo possível, uma causa que é uma das nossas principais preocupações de agora em diante — assegurou o secretário de obras.

Uma das medidas já anunciadas há algum tempo é o alargamento das calçadas e consequente diminuição das pistas das principais avenidas do centro. Será como definiu Laerce Machado, a recuperação do centro metropolitano, que afirma estar totalmente desfigurado socialmente.

PREOCUPAÇÃO

Uma grande preocupação municipal, quando solicitou da FJSN o PDU, foi revelada como uma necessidade de desenvolvimento, tanto na área social como urbanísticas, em relação a outros municípios. Acrescentou Laerce, que existe uma defasagem entre a ocupação geográfica em comparação com outros municípios, já que a capital conta com apenas 633 hectares de área habitável, contra 1.005 hectares do continente.

— Intervenção no sistema viário, permitindo que as maiores distâncias sejam vencidas em menor tempo, evitando a mínima perturbação a população. Assim, o PDU fará uma intervenção, sobretudo no centro da cidade, através de um arranjo no modelo de assentamento dos prédios, fazendo-se um zoneamento do uso do solo, para se achar a melhor localização dos sistemas que compõem a aglomeração urbana.

ESPECIAL

Este último item revela uma pretensão especial do PDU em deslocar os vários prédios de administração pública para as duas superquadras do aterro da Comdusa na Praia do Suá conforme explicações de Carlos von Schingen, isso viria beneficiar a população e atingir determinados pontos, principalmente esta região, onde em suas adjacências já existe aproximadamente uma dezena de órgãos de interesse público, à partir da Prefeitura ao órgão de identificação.

— Já existe um sistema de ligação entre os vários municípios que está crescendo, conforme são investidos orçamentos em construções como a terceira ponte. Vitória se configura entre uma faixa de mar e os morros, possuindo um eixo de tráfego longitudinal. Várias outras capitais quando resolveram seus problemas de tráfego, como Curitiba e Belo Horizonte construíram vias de tráfego perimetrais. Vitória, se elaborado o PDU, dentro de cinco anos terá seu sistema de interligação municipal elaborado e resolvido o problema de distanciamento entre os grandes centros — descreveu Laerce.

No entanto a diminuição de distâncias e dimensionamento da sistemática de trânsito na capital previst

— Mesmo assim, não permitiríamos mais ocupação e aterro de mangais o que acarreta sérios problemas sociais para a capital, pois formam-se sociedades marginais, sem que o Município tenha condições de dotar estes recém-formados bairros de infraestruturas. Isso não é egoísmo, pois com o crescimento urbano desordenado, Vitória não terá condições de sustentar toda a população. Isso fará com que consequentemente, o continente experimente um crescimento demográfico relativo à capital, já que possui maiores áreas desabitadas — sugeriu.

não poderia imaginar uma cidade com automóveis e ônibus e mais luz elétrica, porque nada disso existia naquela época. Um plano rijo, que pretenda ser dogmático e inviolável, será, de início, imaturo — concluiu.

Sobre como vê a existência de um plano diretor, o arquiteto Marcello Vivacqua disse: "Acho que o trabalho deverá dividir-se em duas grandes preocupações: primeiro procurar amoldar melhorias e maior aproveitamento do que já existe. Mandar demolir tudo e construir de novo é solução ideal-teórica, economicamente impraticável. Muitos planos que vi pecam sempre pela pouca análise do fenômeno econômico. Há, em geral, excesso de idealismo atingindo, por vezes, pura teoria fantasiosa".

Lembrando que o prefeito Carlito von Schilgen prometeu

vigor da nova lei calçada no PDU é tendencioso. Negócios foram feitos, terrenos pagos com base na lei que existe, porque ninguém é adinho e quanto à especulação ela existe, mas em grande parte é a valorização de uma cidade que se expande, cresce e está criando novas oportunidades explicou o arquiteto.

— Repito — destacou Marcello Vivacqua: um PDU tem muito de técnico, de ideal renovador, mas não existirá sem respeito ao direito adquirido e às tradições. Deve ser bem vindo e não temido de origem".

Sobre as possíveis mudanças orientadas por um plano diretor, Marcello Vivacqua comentou: "o dito atual centro de Vitória, naturalmente já começou a se descentralizar para os bairros, onde florescem escritórios, lojas e repartições.

... muito a zona sul e dando incentivo ao crescimento e valorização da mesma, hoje estagnada mas que também se integraria à área urbana que propomos criar anteriormente, nos terrenos hoje desertos do "outro lado da Ilha".

Para Marcello Vivacqua, "plano urbano, em geral, traz prioridade às vias de trânsito, o que é natural, porque facilita a circulação, agiliza a movimentação de tudo. Por isso, é tão vital se dar preferência às vias urbanas que tragam real impacto de desenvolvimento e de utilização aos pontos menos privilegiados da urbe".

Usando termos de Lúcio Costa na elaboração do plano piloto de Brasília, o arquiteto Marcello Vivacqua argumentou: "Vitória é civitas (centro administrativo), mas não pode deixar de ser urbis (aglomerado urbano de múltiplas atividades).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO SUB-REITORIA ACADÊMICA DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS